



APROXIMAÇÕES E PARTICULARIDADES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA

Jane Cruz Prates¹
Mari Aparecida Bortoli²
Rosilaine Brasil Kunzler³

Resumo

O estudo analisa as áreas de concentração e as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação PPG em nível de Mestrado e Doutorado, vinculados à área do Serviço Social no Brasil e na Argentina, com vistas a identificar a produção bibliográfica dela decorrente e a direção que a pós-graduação vem empreendendo na área, bem como sua fundamentação ético-política e teórico-metodológica. A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico, ressaltando-se às categorias de análise: totalidade, historicidade e contradição. Do tipo mista, utiliza as técnicas de análise documental e entrevista direta semi-estruturada. Os resultados parciais indicam a existência de 32 PPG no Brasil com predomínio das temáticas de políticas sociais, trabalho e direitos sociais e humanos.

Palavras-Chave: Serviço Social. Formação. Programas de Pós-Graduação.

1 INTRODUÇÃO

A partir do trabalho realizado pelo Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, certificado pelo CNPq desde 2008, aprofundam-se estudos que articulam a formação e o trabalho profissional do assistente social. Ampliando a perspectiva para um conjunto de atribuições e competências mais amplas que são requisitadas pela sociedade ao assistente social, que não só abarcam a Política de Assistência Social, em que pese a sua relevância, mas problematizem a inserção desse profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais e aportem reflexões, não apenas sobre as demandas do mercado, mas também a necessária contribuição crítica desse profissional para o aprimoramento dos processos que se materializam nos espaços sócio-ocupacionais. Para tanto, é objetivo da pesquisa em andamento, aprofundar estudos que articulam ensino e trabalho profissional de modo ampliado, incluindo a Universidade de Córdoba – Argentina, buscando identificar aproximações e particularidades do Brasil e deste país parceiro.

Sabe-se que os processos identitários do assistente social conformados historicamente são fruto do significado histórico construído pela profissão nos contextos nos quais se insere, na relação que estabelece com a sociedade, nos movimentos que realiza para dar materialidade ao seu trabalho e nos saberes que movimenta para efetivá-lo. A Pós-Graduação nesse sentido tem papel fundamental na produção de bens simbólicos que orientam a formação e o debate profissional. Uma das importantes conquistas do Serviço Social contemporâneo no Brasil foi o seu reconhecimento pelos próprios agentes de que se conforma como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, condicionada, portanto, pelo contexto sócio-histórico que a conforma e pelos limites do assalariamento. Contudo, há um espaço de autonomia desse profissional no trato de seu objeto de trabalho,

¹ jprates@pucrs.br – PUC/RS.

² mari.bortoli@pucrs.br – PUC/RS.

³ rosilaine.kunzler@pucrs.br – PUC/RS.



qual seja – as expressões da questão social – cuja direção social é dada por uma construção coletiva que é o projeto ético-político que orienta a formação e o trabalho profissional.

O presente estudo pretende analisar as áreas de concentração e linhas de pesquisa existente nos Programas de Pós-Graduação vinculada a área de Serviço Social no Brasil, atualmente em número de 32, sendo que destes, 16 são Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, bem como avaliar como o projeto ético-político vem dando direção a esta formação. Também são analisadas as produções bibliográficas deles decorrentes. Este mesmo processo será realizado em relação à Argentina que dispõe de apenas dois Programas de Pós-Graduação com Doutorado em Serviço Social, cujas constituições são ainda recentes. Em relação ao país estrangeiro será efetuado um estudo exploratório, inicialmente para identificar a existência de orientações nacionais, critérios de regulação e a avaliação e posteriormente a análise de propostas pedagógicas e grades curriculares, na Pós-Graduação.

A investigação baseia-se essencialmente em análises documentais de sites dos programas, documentos publicados (folders, boletins e outros materiais de divulgação), disciplinas ofertadas pelos PPG, além das orientações nacionais existentes em cada país. No caso do Brasil, são consideradas as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS sobre a formação, orientações do Ministério da Educação MEC para a formação superior complementada pela análise de bancos de dados da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior CAPES (banco de Teses e dissertações) e das publicações de trabalhos completos de egressos dos PPG em anais dos dois eventos mais importantes da área – o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ENPESS e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBASS e nos periódicos da área de maior circulação nacional que sejam frutos de pesquisas vinculadas a estes Programas.

Cabe salientar que por meio desta pesquisa, em fase de execução, está sendo realizado o mapeamento das IES, na Argentina, com PPG em Serviço Social, assim como suas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

No percurso histórico do Serviço Social no Brasil, identifica-se que a produção do conhecimento, de fato, intensificou-se a partir dos anos 1970 do século passado e se encontra diretamente relacionada com a emergência dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social. Os programas de pós-graduação constituíram espaços férteis e essenciais para que ocorresse esse desenvolvimento da produção do conhecimento na área. Foi na década de 1970 que os cursos de Pós-Graduação começaram a receber os primeiros incentivos através de quotas de bolsas para alunos de mestrado, quando então foram titulados os primeiros mestres em Serviço Social. Obtém-se o reconhecimento científico da área junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, que passam a apoiar e impulsionar o desenvolvimento acadêmico do Serviço Social. Nesse período, cresce o mercado editorial, alimentado com a produção acadêmica.

O Serviço Social também fez grandes avanços no que se refere à sua dimensão ética. Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, o qual estabelece os direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, os quais são guias para o seu exercício cotidiano. A efetivação de tais princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária.

Ao analisar o processo de amadurecimento da profissão, a pesquisa e a produção de conhecimento constituem um importante marco. No momento em que os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social se conformam no país e que se amplia uma produção de conhecimentos mais densa na área que a profissão ganha um novo estatuto. Embora o Movimento de Reconceituação, que se constitui como marco histórico do processo de ruptura



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

com uma produção conservadora, date das décadas de 1960-1970 do século XX, os Programas de Pós-Graduação tiveram início no país na década de 1970 do mesmo século.

O primeiro Curso de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil data de 1972 e foi instituído pela PUCRJ, seguido da PUCSP no mesmo ano, e o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina data de 1981 e foi instituído pela PUCSP (YAZBEK e SILVA, 2005). As produções de conhecimento, deles decorrentes, começam a ter visibilidade a partir de 1980, quando tem início o processo de redemocratização e a sociedade brasileira é marcada por uma efervescência de movimentos sociais, o que terá rebatimentos importantes na Constituição Federal de 1988. É fundamental demarcar que entre o início do Movimento de Reconceituação e os anos 1980 o país viveu um período de ditadura. A crise do Serviço Social tradicional que já emergia em 1960 é precipitada pela “modernização conservadora” incidindo significativamente nos espaços abertos ao Serviço Social, bem como na formação que passa a favorecer o grande capital a partir de um desenvolvimento que enfatiza a instrumentalização operativa inspirada no neopositivismo (NETTO, 1991).

A década de 1980, fortalecida pelos Cursos de Pós-Graduação, viabilizará a oportunidade de sustentação de um novo projeto profissional, mediante a aproximação com pensadores clássicos, quando, “recrimos nossa capacidade de análise, de interpretação e de intervenção no real” (SIMIONATTO, 2005, p. 54). Até então, nossa aproximação realizada especialmente com autores vinculados ao paradigma dialético-crítico de inspiração marxiana, foi restrito a materiais secundários, em razão dos próprios limites de acesso impostos pelo período de ditadura, o que Netto caracterizou como “apropriação enviesada” ao marxismo. Predominava uma leitura com forte marca estruturalista inspirada em Althusser, cujo reconhecimento da contradição não era privilegiado nos processos de análise e proposição, o que reduzia significativamente a qualidade das produções realizadas, dada a relevância dessa categoria. Isto acarretou como consequência uma leitura que reduzia também espaços sócio-ocupacionais para a intervenção do assistente social e processos a serem desencadeados, conforme a análise dos contextos e suas particularidades. A reaproximação das obras clássicas, em especial às obras de Marx e marxistas como Gramsci, Lukács, Lefebvre, Hobsbawn entre outros e os impactos dessa apropriação na pesquisa foram fundamentais para a “construção e consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no contexto profissional na sociedade brasileira, nas três últimas décadas” (ABREU, 2007).

A partir de 1982, a área ganha reconhecimento dos organismos de fomento à pesquisa, o que segundo Abreu (2007) foi impulsionado pelo “desenvolvimento da Pós-Graduação no período. Cabe, menção especial às importantes contribuições de Yamamoto (1982) expressas no início dos anos 1980 que avançam em 1990 e vão imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país (YAZBEK e SILVA, 2005). O amplo leque de temáticas sobre as quais incidem a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social foram consubstanciadas em três sub-áreas de conhecimento, quais sejam: “Fundamentos do Serviço Social, Trabalho e Questão Social e Política Social” (ABREU, 2007, p. 124).

É importante também destacar a criação da Revista Serviço Social e Sociedade em 1979 que repercutirá de modo significativo na socialização de produções a partir da década de 1980. Neste mesmo contexto Simionatto (2005) ressaltava a Reforma Curricular de 1982, onde pela primeira vez a pesquisa aparece como uma das exigências da formação profissional e em 1987 a criação do Centro de Documentação em Pesquisa, Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS que traria novo impulso a produção de conhecimentos e sua socialização através dos Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS e dos Cadernos ABESS no período de 1986 a 1998 substituídos a partir de então pela Revista Temporalis.

Nos anos 1980 as pesquisas e o debate profissional centravam-se na discussão metodológica, nas controvérsias paradigmáticas nas Ciências Sociais e na produção de conhecimentos e intervenção do Serviço Social. Nos anos 1990 na crise dos paradigmas



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

associadas à crise do socialismo, na retomada da tradição marxista e no embate entre modernidade e pós-modernidade, (SIMIONATTO, 2005) mantendo a hegemonia fundamentada na tradição marxiana. Com a Constituição Federal de 1988 as pesquisas da categoria centraram-se em temas tais como: “cidadania, participação, democracia direta, direitos sociais, ampliação da esfera pública” (SIMIONATTO, 2005, p. 55). Na década de 1990, o debate e a produção do Serviço Social passaram a privilegiar os impactos do ajuste macroeconômico, das privatizações e as contradições decorrentes do processo de globalização. Em que pesem os refluxos e as dificuldades de materialização dos direitos promulgados pela Constituição Federal de 1988, os anos 1990 foram profícuos para o Serviço Social que a partir de uma clareza de direção social e mobilização da categoria aprova o novo Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Novas Diretrizes para a Formação Profissional através do Documento ABESS/CEDEPSS (1996) que mais tarde se constituiria na ABEPSS, articulando ensino e pesquisa.

Conforme censo realizado no início do século XXI pelo CNPq verifica-se que os grandes eixos temáticos e linhas de pesquisas que caracterizam a produção em Serviço Social nesse período tratam acerca de: reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, as novas configurações do estado e da sociedade civil, processo de trabalho e Serviço Social, temáticas resultantes das diretrizes curriculares aprovadas em 1996. Há o aprofundamento de pesquisas sobre a questão social, avaliações sobre as políticas sociais no eixo da Seguridade Social, especialmente as da saúde e assistência, a retomada das investigações sobre a previdência social e o retrocesso dos direitos sociais, agravado pelo desmonte da esfera pública e ainda, questões como defesa dos direitos humanos, violência, cidadania, cultura, gênero, identidade e práticas sociais, participação, controle social, questão agrária, a questão urbana e o crescimento da pobreza, a crise dos padrões de proteção social, aos novos eixos das políticas sociais públicas e privadas (SIMIONATTO, 2005, p. 56-57).

Em 2005 o Serviço Social finalmente se constitui como área específica de Pós-Graduação na CAPES (YAZBEK e SILVA, 2005). Simionatto (2005) ao concluir sobre o quanto a produção intelectual do Serviço Social nas últimas décadas tem acompanhado as demandas societárias e contribuído para a sua explicação, alerta, no entanto, para a preocupação que precisamos ter em relação à mediação das análises macrossociais com o “tempo miúdo” da ação profissional” para usar uma expressão de Yazbek (2005) que tem diante de si o “homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer história, ainda que pelos caminhos tortuosos da alienação” (MARTINS apud YAZBEK, 2004, p. 38).

Embora tenhamos clareza de direção social e um projeto ético-político fundamentado em valores explicitados, sabemos que, por ser contra-hegemônicos ao trinômio que sustenta o capitalismo, qual seja a exploração-acumulação-alienação, sofre constantemente reveses, seja por ser considerado arcaico, inadequado aos tempos “pós-modernos”, seja por ser apropriado de modo superficial e reducionista e acusado de não ser possível materializá-lo no cotidiano profissional, ou ainda por que o capitalismo encontra sempre novas formas para rerepresentar-se como novidade e com seu fetiche arregimentar novos defensores que reeditam o velho conservadorismo, a fragmentação e o ceticismo.

É importante reconhecer que “o Serviço Social também se situa no processo de construção da sociedade brasileira enquanto expressão de demandas contraditórias oriundas de diferentes sujeitos sociais, mobilizados por racionalidades e interesses diversos” (YAZBEK e SILVA, 2005), portanto a disputa pela consolidação do projeto profissional é processual e permanente. Nosso projeto ético político supõe uma formação generalista, sólida, pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa orientada pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão (YAZBEK e SILVA, 2005, p. 37). Mas este projeto se defronta



com processos flexibilizadores do mercado e com a reforma do estado brasileiro. Atualmente, falar dos valores que orientam nosso projeto ético-político, o que inclui a formação, é reconhecer o nosso compromisso social com a construção dessa contra-hegemonia direcionada, para o fortalecimento e aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade, pelo enfrentamento da pobreza, para o acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna, pelo fortalecimento e organização das classes subalternizadas da sociedade, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima (SILVA e YAZBEK, 2005, p.30).

A formação em Serviço Social no Brasil passou por um profundo momento de transformação desde a elaboração do Documento ABEPSS (ABEPSS, 1996) contendo as orientações para o ensino e o trabalho profissional do assistente social, realizados em 1996, resultando de um processo histórico de reconceituação que vem amadurecendo desde a década de 1970. Inspirado na tradição marxista esse documento aponta como elementos transversais e articuladores do ensino e do trabalho profissional – a questão social, objeto de trabalho do assistente social, o projeto ético-político, conjunto de valores que orienta e dá direção social ao trabalho profissional e a pesquisa, como forma de desocultar a realidade, ampliar e consolidar conhecimentos.

Atualmente, no Brasil a área do Serviço Social dispõe-se de 33 Programas de Pós-Graduação, sendo em Serviço Social (60%), seguido de Programas em Políticas Sociais, Programas em Políticas Públicas, Programas em Serviço Social e Políticas Sociais, de Programa em Serviço Social e Políticas de Desenvolvimento Local, além de um Programa de Economia Doméstica que, não dispondo de área própria, também se vincula a essa área. No caso do Serviço Social dos 32 programas existentes no território nacional, 18 dispõem apenas de curso de mestrado e 14 de mestrado e doutorado, sendo a maioria vinculados a universidades públicas federais (21 instituições de ensino), seguido de universidades particulares (7 instituições de ensino) e universidades estaduais.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA ARGENTINA

Em relação a formação em Serviço Social na Argentina, o curso teve a sua emergência na segunda década do século XX, com a criação, em 1924, do Curso de Visitadoras de Higiene na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Buenos Aires, sendo o primeiro antecedente da 1ª Escola de Serviço Social fundada em 1930, que, de acordo com Alayón (1982), foi impulsionada pela Medicina com orientação higienista. A criação da União Católica Internacional de Serviço Social – UCISS, em 1925 teve forte influência na fundação da Escola com Orientação da UCISS na cidade de Buenos Aires em 1940.

No contexto da América Latina, essa influência Européia e posteriormente Norte Americana, se manifesta tanto no enfoque adotado pelas Escolas como em seus conteúdos e modo de ensino (metodologia e didática). As escolas destinadas fundamentalmente às mulheres influenciaram para que a profissão se tornasse tipicamente feminina. Na Argentina existem 34 Instituições de Ensino Superior - IES que oferecem curso de Serviço Social, 18 se localizam em províncias do interior, 10 na província de Buenos Aires e 6 na cidade autônoma de Buenos Aires. Do total, 25 são ofertadas em universidade nacionais, 8 em universidades privadas e 1 em um instituto nacional.

Na Argentina existe a peculiaridade da formação em nível universitário e terciário não universitário. O tempo médio de formação dos profissionais em nível universitário era de 5 anos, mas existe intensa pressão para uma redução da carga horária do Curso inicialmente para 4 e posteriormente para 3 anos, o que evidencia um processo de aligeiramento e precarização da formação. A atual denominação da profissão é de Licenciatura em Trabajo Social ou Licenciatura em Serviço Social. Os assistentes sociais são formados em cursos terciários não universitários, com duração média de 3 anos, e posteriormente caso queiram obter titulação de licenciatura precisam realizar equivalência por mais 2 anos nas



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Universidades Nacionais. Essa equivalência não é gratuita. Esses profissionais coexistem no mercado de trabalho, porém os primeiros possuem maior reconhecimento. No que se refere à organização dos cursos, nas Universidades Nacionais há um ciclo básico de 1 ano, depois ingressam na carreira propriamente dita com duração média de 4 anos. A formação é genérica e habilita para todas as áreas de atuação, assim como no Brasil.

De acordo com uma pesquisa com os universitários da carreira de Trabajo Social, realizada na Universidad Nacional de Lújan, 91% são do sexo feminino e 29% dizem ter escolhido a carreira para ajudar os outros e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Dos estudantes pesquisados, 69% revelam ter experiências anteriores em práticas sociais, sendo 44% em experiências de voluntariado e 21% em ações religiosas, o que revela a relação da profissão com a identidade atribuída que lhe é, historicamente, atribuída e que independe do país (ABERBACH, 2007). No que se refere à regulamentação da formação do Trabalhador Social, há no país a Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria – CONEU, que é um organismo descentralizado que funciona no Ministério de Educação, Ciência y Tecnología. Suas funções foram determinadas no artigo 46 da Lei 24.521/95. É o único organismo público nacional de avaliação e creditação universitária e começou a funcionar em 1996.

Com relação ao trabalho profissional, de acordo com a Federación Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social – FAAPSS o número de profissionais em exercício é de 27.000. A remuneração é estabelecida pelo local de trabalho, sendo que as prefeituras municipais e governos estaduais pagam em torno de 800 pesos e o governo federal de 1500 a 3000 pesos. Atualmente, em face da reforma do Estado e dos cortes no gasto social, ocorreram importantes alterações no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na Argentina, assim como no seu perfil profissional.

Historicamente, os profissionais estavam locados nos espaços públicos estatais, porém nos últimos tempos há profissionais no 2º e 3º setores, sendo que diante dos alarmantes índices de desemprego que afetam, sobretudo, as camadas jovens de graduados, encontramos um aumento de trabalho voluntário, informal e mal pago, em ONGs, sendo que os recursos destinados através do Estado e de organismos internacionais, não contemplam financiamento para os profissionais. Esta realidade laboral impõe aos profissionais a função de administrar a “escassez”, trabalhando na emergência de situações limites, reduzindo (por falta de recursos institucionais, humanos, programáticos) as possibilidades de tarefas preventivas e de promoção, num marco de agravamento da situação social argentina (MARRO, 2003).

O país possui, no âmbito da profissão, um Conselho Federal de Profissionais, e em todas as províncias existem órgãos de representação da profissão (conselhos, colégios, associações, círculos e/ou federações). Não há obrigatoriedade de registro nestes órgãos para exercer a profissão, além disso, no país há um conselho profissional e código de ética em âmbito nacional, porém em cada província há conselho profissional regional e seus respectivos códigos de ética. Há ainda em nível nacional a FAAPSS, uma entidade que agrupa os conselhos profissionais e a Asociación Argentina de Formación Académica de Trabajo Social – AAFATS, a entidade que agrupa as escolas formadoras. O estatuto profissional (similar a Lei de Regulamentação brasileira), Lei Nº 23.377, foi sancionada em 18/09/86 e regulamentada dois anos depois, em novembro de 1988, através do Decreto Nº1568/88. A referida Lei de Regulamentação atribuiu ao Conselho Profissional a responsabilidade de elaborar o Código de Ética da profissão, o que aconteceu em 30 de maio de 1996. Existem no país, também, portais/sites, como o Margen e Cuestión Social, que contribuem com o campo das ciências sociais, assim como revistas de divulgação de trabalhos científicos, tais como: La Investigación en Trabajo Social (Universidad Nacional de Entre Ríos), Revista de Servicio Social, Revista Trabajo Social, Hoy en el Trabajo Social, Revista Plaza Pública.



4 METODOLOGIA

O estudo se fundamenta no materialismo histórico que consiste antes de tudo num modo de ver a vida, em primeiro lugar como movimento permanente, como processo, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, superando uma visão estagnada de estados, na medida em que se reconhece o movimento como provisório e que, portanto, será sistematicamente negado para que o próprio movimento siga seu curso (MENDES e PRATES, 2007).

A escolha do método pressupõe valores. A explicitação desses valores passa pela concepção de homem, reconhecido como sujeito ou como objeto, cuja autonomia é capturada pela sociedade centrada na mercadoria. Na concepção marxiana um homem só pode ser considerado autônomo quando “é senhor de si mesmo, quando deve a si seu modo de existência. Se, ao contrário, considera-se dependente, não só no que tange a sua própria manutenção, mas na fonte de sua vida, a última por não ser sua própria criação, fundamenta-se fora dele, aliena-se” (MARX, 1989, p.14).

A unidade indissociável entre teoria e prática é outro aspecto que caracteriza este método. Segundo Marx (1993) é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual a prática é considerada para a dialética marxiana, critério de verdade. Mas, não qualquer prática, e sim uma prática orientada pela teoria, com clareza de finalidade, ou seja, uma práxis. Marx (1989) e marxistas que interpretam o seu método destacam que o método de investigação deve primar por uma pesquisa profunda, estabelecer categorias (totalidade, historicidade e contradição) e relacioná-las; identificando contradições e conexões existentes.

A pesquisa é caracterizada como do tipo misto - quanti-qualitativa (CRESWELL, 2010). Será utilizada a entrevista direta semi-estruturada e a análise documental (MENGA e ANDRÉ, 1986). Na análise dos dados, será utilizado o tratamento estatístico para dados quantitativos e análise de conteúdo para dados qualitativos, segundo Bardin (1977).

5 BREVES CONSIDERAÇÕES

O quadro de profundas modificações e acirramento de desigualdades pelo qual têm passado a sociedade conforma um contexto histórico que exige novas respostas profissionais e demanda o aprimoramento dos processos de formação. Como afirma Iamamoto (1999), “(...) solo histórico que tornou possível e impôs como socialmente necessário um amplo movimento de renovação do Serviço Social, derivando em mudanças significativas nos campos do ensino, da pesquisa e da organização dos assistentes sociais”. Este Movimento busca assegurar ao Serviço Social sua conciliação com o tempo presente, decifrando necessidades para que continue se afirmando como profissão necessária no tempo e no espaço dessa sociedade cujas contradições embora cada vez mais presentes, se mascaram e naturalizam.

Ao Serviço Social impõe-se o desafio de fortalecer sua identidade, no tensionamento destas relações na esfera da produção e reprodução social, espaço no qual se situa o seu trabalho. Sem dúvida, são questões que traduzem exigências e requisições ao trabalho do Assistente Social ao mesmo tempo em que sinalizam novos espaços ocupacionais e de trabalho, que reeditam dilemas éticos presentes nas tensões historicamente enraizadas na constituição da profissão e nas estratégias de respostas a questão social (IAMAMOTO, 2005). Reconhecer que a constituição do Serviço Social, nos diferentes espaços em que se insere, é fundamental para o deciframento das renovadas demandas e desafios que se colocam para o seu trabalho e, conseqüentemente, a sua formação, impõe a necessária apropriação da trajetória histórica que particulariza a profissão em cada país, como é o caso do Brasil e da Argentina.

Os programas de pós-graduação “vem contribuindo significativamente para a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica”, bem como para a qualificação docente, a formação de pesquisadores e profissionais em todo o país, “uma



intelectualidade que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o mercado de bens simbólicos da profissão” (NETTO apud YAZBECK e SILVA, 2005, p. 40).

É preciso ampliar discussões e dar visibilidade a direção que os programas de pós-graduação em Serviço Social vêm tomando no tempo presente para subsidiar avaliações e qualificar o debate profissional coletivo sobre alternativas de potencializá-la a partir de interfaces e produções conjuntas, o que já vem se efetivando via programas como Casadinhos, PROCADS, entre outros, que muito tem contribuído para o fortalecimento conjunto de muitos programas de pós-graduação, mas que poderão ser melhor planejados a partir de novos aportes de conhecimentos sobre a estrutura e produções que vem sendo realizadas pelos pesquisadores nestes programas em nível nacional.

REFERÊNCIAS

ABERBACH, Graciela. **Algo esta sucediendo y tiene que ver com la perplejidade y la incertidumbre**: “Quiénes son los estudiantes de TSI 2007? Cuáles sons us características socioeconômicas y culturales presentan”? Como inciden en su processo de aprendizagem? In: Anais do II Congreso Nacional de Trabajo Social y Encuentro Latinoamericano de Docentes, Profesionales y Estudiantes de Trabajo Social em Tandil, 2007.

ALAYÓN, Norberto. **Las Escuelas de Trabajo Social en America Latina**. 1ª ed. Buenos Aires: Hvmantas, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS – **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, nov, 1996.

ABREU, Marina M. Pesquisa em Serviço Social: tendências na implementação das Diretrizes Curriculares. Artigo. **Revista Temporalis** nº 14. Brasília, ABEPSS, 2007.

BARDIN, Laurence. **L’analyse de contenu**. France: Presses Universitaires, 1977.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Senado Ferderal. Brasília/DF, 1988.

CAPES, **Banco de Teses**. Disponível em <<http://conteudowebb.capes.gov.br>>.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**, Brasília/DF, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília, fev. 2002 (Código de Ética Profissional do AS, 1993).

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo do SS e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 6 ed. SP: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. SP: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

MARRO, Kátia. **Apuntes para pensar la formacion y el ejercicio profesional del trabajo social argentino**. In: Seminário Latino-Americano de Serviço Social da ABEPSS, 2003.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9ed, São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX,K. **O Capital**. 13 ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MENGA, Ludke, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MERCOSUR. **Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur 2004**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

NETTO, José Paulo. **Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino.** Artigo. Cadernos ABESS nº 4. São Paulo, Cortez, 1991.

PRATES, Jane C. MENDES, Jussara M R, AGUINSKY, Beatriz G. e COUTO, Berenice R. **Relatório Final do Curso de Capacitação Continuada para Agentes Municipais sobre PNAS e SUAS.** Porto Alegre, PUCRS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. Artigo. **Revista Temporalis** nº 9 Recife, ABEPSS, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Artigo. Revista Temporalis nº 3. Brasília, ABEPSS, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita e SILVA, Ozanira da Silva. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil In: CARVALHO, Denise B. B. de e SILVA, Maria Ozanira da S e. (org) **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2005.